

O PRECONCEITO

INTRODUÇÃO

Em Belo Horizonte, durante uma partida de vôlei, em 2012, o jogador Wallace Leandro de Souza foi chamado por uma torcedora do time rival de macaco. Em 2019, o atleta resolveu comentar o episódio declarando: “Se naquela época eu tivesse a cabeça de hoje, fingiria que não era comigo. As pessoas que tentam denegrir dessa forma não merecem ter mídia”^{IV}.

Há, nesse relato, pelo menos quatro aspectos que procuraremos abordar neste capítulo. O primeiro deles tem relação com as formas de expressão do preconceito. Quando a torcedora comete a injúria racial, ela manifesta preconceito de forma aberta e deliberada. Um tipo de expressão que a literatura especializada chama de “fora de moda” (*old-fashioned*), mas que infelizmente está voltando no Brasil e em todo o Mundo. Trata-se de uma atitude explícita motivada por um processo cognitivo cujo controle foi consciente e espontâneo. Quando Wallace responde, manifestando sua indignação contra o preconceito, ele usa o termo “denegrir” para referir a ofensa à sua imagem. Neste caso, temos também a expressão de um preconceito linguístico involuntário, um tipo de mau hábito que a cultura preconceituosa em que vivemos introduziu na

nossa “mente” sem que percebêssemos. Trata-se do preconceito implícito, que tal qual um monstro sorrateiro, enreda a própria vítima com seus tentáculos (LIMA & VALA, 2004a). Esse monstro se alimenta de processos cognitivos que não somos capazes de ter controle consciente, os chamados processos automáticos. O terceiro aspecto que merece destaque no episódio é o da força do preconceito, do impacto social, econômico, político e psicológico que ele tem sobre as pessoas. Sete anos se passaram e Wallace não apenas não esqueceu a injúria racial sofrida, como continuou reagindo a ela. Finalmente, um quarto aspecto do preconceito é a noção de que podemos “fingir que não é conosco”, estratégia que, no caso dos perpetradores dessa forma de violência, geralmente toma a forma de “um problema do outro preconceituoso, porque eu sou igualitário e justo”, aquilo que a literatura especializada chama de “preconceito sem preconceituosos” (BONILLA-SILVA, 2013).

Todavia, o preconceito tem consequências em todos os níveis da vida social; suas marcas permanecem, por isso é preciso entender melhor como ele se expressa, para, assim, sabermos como combatê-lo e lidar com seus estragos. Neste capítulo, trataremos do preconceito considerando suas definições, causas, formas de expressão e processos cognitivos controlados e automáticos envolvidos na sua formação.

1.1 O QUE É PRECONCEITO

Uma famosa fábula indiana foi retratada pelo poeta norte-americano Godfrey Saxe's (1816-1887), trata-se da história de seis sábios que acreditaram que suas observações individuais agrupadas poderiam fornecer uma boa figura do que é um elefante. Os seis eram cegos. O primeiro deles abordou o animal no seu lado mais robusto e afirmou: “O elefante se parece com uma parede!”. O segundo tocou as presas e corrigiu: “Trata-se de uma lança!”. O terceiro apalpou a tromba do elefante e decretou: “É semelhante a uma cobra!”. O quarto analisou o joelho do animal e disse: “É muito parecido com uma árvore”. O quinto, tocando as orelhas, acreditou que era um abano. Finalmente, o sexto homem, mal começando a tatear o animal, tocou sua cauda e peremptoriamente definiu: “É muito parecido com uma cobra!”. Os homens então passam a discutir, todos parcialmente certos e ao mesmo tempo todos errados, e não chegam a um acordo.^v

Na psicologia social, definir preconceito pode ser algo semelhante a apalpar um elefante sem vê-lo. Há muitas e diversas definições, cada uma construída em função do alcance das “apalpadelas” de cada autor, cada qual deles vendo o fenômeno com as lentes dos contextos emocionais, sociais, históricos e políticos

onde ele (autor) e o preconceito se expressam. Neste tópico, apresentamos e discutimos algumas das definições de preconceito formuladas na psicologia social, tentando destacar os elementos mais contextuais de sua elaboração e a minoria social alvo (vítima) do fenômeno.

A definição mais adotada de preconceito na psicologia social foi formulada por Gordon Allport (1897-1967) (ver Caixa 1), um psicólogo norte-americano pioneiro nas teorias da personalidade, que no livro “*The nature of prejudice*” desenvolveu uma análise muito sistemática e detalhada do preconceito, ainda hoje atual. Tanto que, para alguns autores, um estudante do preconceito na psicologia social que não leu o livro de Allport é considerado um iletrado (DOVIDIO, GLICK, & RUDMAN, 2008). Num primeiro momento, Allport (1954) define o preconceito como uma atitude hostil contra um indivíduo, simplesmente porque ele pertence a um grupo desvalorizado socialmente. No mesmo texto, Allport aprimora sua definição situando-a exclusivamente para o preconceito étnico, entendido como uma antipatia baseada numa generalização falha e inflexível, que pode ser sentida ou expressa e que se dirige a todo um grupo ou a um indivíduo porque este faz parte do grupo. Nesta última definição, destacam-se dois aspectos principais: 1) o preconceito como defeito cognitivo (uma generalização falha e inflexível) e 2) o preconceito como uma emoção (antipatia). O preconceito seria diferente dos julgamentos prévios (pré-conceitos) por ser mais resistente às informações que o desconfirmam.

CAIXA 1

Gordon Willard Allport (1897-1967)



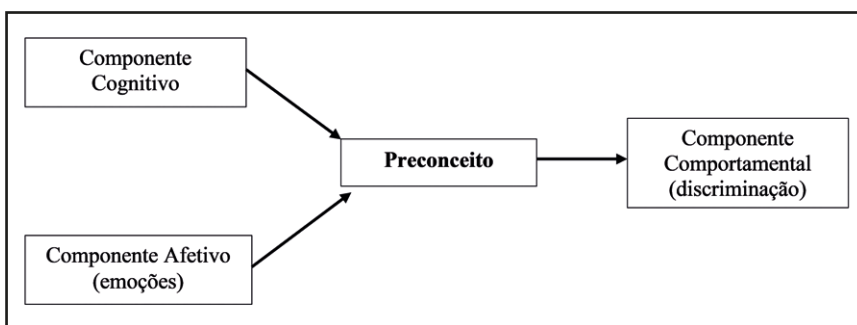
Deixou seu legado à Psicologia com a Escala de Allport, definida em seu livro *A natureza do preconceito* de 1954 para mensurar a extensão do preconceito numa determinada sociedade. Allport também trouxe uma importante contribuição à teoria motivacional, desvendando a natureza dinâmica da mesma.

Retirado de: https://pt.wikipedia.org/wiki/Gordon_Allport

Seguindo as definições de Allport, pode-se afirmar que existiriam tantos tipos de preconceitos quantos grupos socialmente desvalorizados na estrutura social (e.g., preconceito de cor, preconceito étnico, sexismo, homofobia, ageísmo, islamofobia, gordofobia, preconceito contra pessoas com deficiências físicas e/ou mentais etc.) (LIMA & VALA, 2004b). O reverso da definição é igualmente possível, ainda que sem muita relevância social. Podemos ter atitudes amistosas ou positivas para com alguém somente porque ele/ela pertence a um grupo socialmente valorizado. Esse seria o “preconceito positivo” (BROWN, 1995). Entretanto, vamos nos ater somente às expressões de preconceito que causam mal à sociedade.

É possível destacar na definição de Allport dois aspectos do preconceito: ele é uma atitude hostil e se dirige a um indivíduo por causa do seu pertencimento social. Na psicologia social, atitude pode ser entendida como a classificação de um objeto social em uma dimensão avaliativa, com base em três dimensões gerais de informação/afetação: cognitiva, afetiva e comportamental (ZANNA & REMPEL, 1988). A atitude é uma organização relativamente duradoura de crenças, geralmente dotada de carga afetiva pró ou contra algum objeto social, que predispõe a uma ação coerente com as cognições e afetos relativos a esse objeto (RODRIGUES, ASSMAR, & JABLONSKI, 1999). Na Figura 1, é apresentada uma esquematização da noção de preconceito enquanto atitude, destacando seus três componentes: estereótipos, emoções e discriminação.

Figura 1: *Esquematização das dimensões do preconceito entendido enquanto atitude*



Os estereótipos são estruturas cognitivas (esquemas), que contém nossos conhecimentos e expectativas sobre os grupos humanos e seus membros, e que muitas vezes determinam nossos juízos e avaliações sobre eles (HAMILTON & TROLIER, 1986). Nas percepções sociais, os estereótipos cumprem funções

psicológicas e funções sociais (TAJFEL, 1981). As psicológicas seriam: 1) sistematizar e simplificar as informações para dar sentido ao mundo e 2) resguardar os valores do indivíduo, protegendo sua identidade através da manutenção das imagens dos outros grupos. Imagine que você é ateu e irá interagir com uma pessoa sobre a qual a única coisa que sabe é que é neopentecostal e muito devotada à sua religião. O estereótipo associado a essa categoria social lhe permite sistematizar e filtrar os conteúdos da realidade na sua interação social com a referida pessoa, e, ao mesmo tempo, proteger os seus valores e identidades. As funções sociais dos estereótipos se referem a: 1) explicar acontecimentos sociais; 2) justificar/legitimar ações sociais e 3) diferenciar o próprio grupo em relação ao grupo dos outros. No exemplo acima, por saber que a pessoa é neopentecostal, você poderia tentar explicar o voto dela na última eleição presidencial, ou, ainda, justificar certo interesse/desinteresse seu em ouvir o que ela tem a dizer sobre aborto e adoção de crianças por casais de mesmo sexo; a tal ponto de você pensar como “nós, os ateus, somos diferentes dos neopentecostais”.

Os estereótipos nem sempre são ativados de forma consciente quando entramos em contato com algum indício da existência de outro grupo ou categoria social. Por exemplo, ouvir o nome “ciganos” pode fazer emergir, imediatamente, e de forma não consciente, uma certa imagem da categoria social. A aplicação dos estereótipos, no entanto, é um processo cognitivo controlado conscientemente^{VI}. Nos estudos sobre preconceito, é possível diferenciar abordagens sobre o processo de ativação/aplicação dos estereótipos (estereotipia) (e.g., DANTAS & PEREIRA, 2018; DEVINE, 1989; LIMA, PODEROSO, & ARAUJO, 2017; PEREIRA, DANTAS, & ALVES, 2011) e outras sobre o conteúdo do estereótipo aplicado (e.g., BATISTA, LEITE, TORRES, & CAMINO, 2014; FISKE, CUDDY, GLICK, & XU, 2002; TECHIO, 2011).

Noutro eixo do preconceito, se encontram as emoções. Como destaca Izard (2009), uma emoção pode ser entendida como um tipo de sensação que se liga, simultaneamente, à atividade neurológica e cognitiva. Ela deve ser entendida como um processo de múltiplos componentes: cognição, regulação fisiológica, motivação pessoal, expressão motora, sensação e monitorização (JOHNSTONE & SCHERER, 2004). Os tipos de emoções que vivenciamos se relacionam diferentemente com níveis de consciência. Ou seja, há emoções mais complexas ligadas a processos conscientes e racionais, como o amor e o ódio, e outras mais básicas, ligadas a processos menos conscientes ou mesmo inconscientes, a exemplo do medo e da raiva. Estas últimas são chamadas de emoções primárias e as primeiras de emoções secundárias ou sentimentos (DAMÁSIO, 1996).

As emoções atuam na interconexão entre os estímulos do ambiente e os nossos comportamentos ou ações; de modo que, determinados tipos de emoção produzem determinados tipos de ação e com determinada intensidade (IZARD, 2009). No caso do preconceito, os estudos em psicologia social demonstram que as emoções podem agir de duas formas, definindo o “tônus” afetivo da relação com o outro, se negativo ou positivo, e estabelecendo o tipo e a intensidade da reação. De acordo com as teorias que abordam emoções intergrupais (i.e., aquelas sentidas na interação/relação com outros grupos ou categorias sociais), os encontros com pessoas de outros grupos despertariam certas emoções em nós, por exemplo, medo, raiva, ressentimento, nojo, orgulho etc. Essas emoções desencadeariam ações tais como discriminação, evitação e fuga (MACKIE, MAITNER, & SMITH, 2009). Por outro lado, a atribuição diferenciada de emoções aos outros pode ser uma forma mais sutil de manifestação de preconceito. Estudos mostram que se atribui mais capacidade de expressão de sentimentos (emoções secundárias) a membros do próprio grupo de pertencimento (endogrupo) que a membros dos outros grupos (exogrupos) (LEYENS, PALADINO, RODRIGUEZ, VAES, DEMOULIN, RODRIGUEZ & GAUNT, 2000; LEYENS, RODRIGUEZ, RODRIGUEZ, GAUNT, PALADINO, VAES & DEMOULIN, 2001). Tal estratégia perceptiva serve para aproximar os “nossos” do polo da cultura e da sofisticação intelectual e os “outros” do polo da natureza, da biologia, dos instintos, infra-humanizando-os (ver Caixa 2).

CAIXA 2

Infra-humanização

Significa perceber o outro como menos humano. Na psicologia social se estudam várias maneiras de representar a humanidade. Considera-se características que são tipicamente humanas e outras que somente os seres humanos possuem. Um ser humano “típico” é alguém que é capaz de demonstrar emocionalidade e capacidade de adaptação a novas situações, diferentemente de uma máquina. Todavia, somente os seres humanos possuem civilidade, capacidade de raciocínio abstrato e outras qualidades aprendidas socialmente, que nos diferenciam dos animais. Quando são negados às outras pessoas atributos do primeiro tipo, elas são percebidas como objetos ou coisas. Quando são negados atributos do segundo tipo, elas são animalizadas (BAIN, VAES, & LEYENS, 2014).

As definições de preconceito formuladas por Allport (1954) recebem algumas críticas. Na definição de preconceito como atitude hostil contra alguém que pertence a outro grupo, não é feita menção às características físicas ou

mesmo culturais que distinguem ou são usadas para distinguir os membros dos grupos alvo de preconceito. O que leva à falsa suposição que o preconceito é algo inflexível, que não depende do contexto de relações e posições de poder dos grupos na sociedade.

O preconceito é uma **atitude-em-contexto** (EAGLY & DIEKMAN, 2008). As noções de hostilidade na definição de preconceito e a de antipatia na de preconceito étnico também são criticadas. Em muitas formas de preconceito, atitudes pseudopositivas convivem com a hostilidade e antipatia. É o caso de formas mais “benevolentes” de sexismo e de ageísmo (preconceito contra idosos), que expressam atitudes paternalistas de domínio “docilizado” do outro (JACKMAN, 2004). Nesses casos, o preconceito só se torna agressivo quando o outro ameaça a posição de domínio da maioria social. Há, ainda, o preconceito contra pessoas com deficiência, que não se adequa nem à ideia de hostilidade, nem à de controle, mas está mais relacionado a uma inferiorização decorrente de processos identitários mais amplos que estabelecem “formas ideais de ser” e alimentam emoções como pena e ansiedade.

O preconceito é, portanto, uma atitude complexa, que se expressa numa dinâmica de exclusão, bem salientada na definição de Allport; mas também de inclusão, pois muitas vezes inclui o outro para melhor dominá-lo ou controlá-lo (JACKMAN, 2008).

Finalmente, a ênfase dada por Allport aos aspectos cognitivos do preconceito, as “presas” do nosso elefante, se por um lado inaugura, na psicologia social, a cognição como perspectiva de análise do tema, por outro, reflete a busca de elementos ou estruturas universais, invariantes, na explicação do preconceito. A ideia de que o preconceito étnico é fruto de uma generalização falha e inflexível ignora os aspectos estratégicos e racionais do fenômeno. O preconceito muitas vezes decorre de uma combinação de um processo psicológico fundamental, como a necessidade de pertencer a um grupo e com ele se identificar, com processos ideológicos, políticos e econômicos, referentes à competição por recursos materiais e simbólicos entre os grupos sociais (OPERÁRIO & FISKE, 1998). Neste caso, estamos falando da barriga do elefante.

É possível ampliar ainda mais esse panorama, afirmando que a percepção de competição decorre da integração de noções de alienação racial, crenças legitimadoras sobre a estratificação social e interesses pessoais, tudo isso no âmbito de uma ideologia do individualismo que tende a encorajar os grupos dominantes a verem as minorias sociais como ameaçadoras (BOBO & HUTCHINGS, 1996). Neste caso, estaríamos falando das pernas do elefante. Cabe

ainda destacar, dentre os aspectos estratégicos do preconceito, que ele “faz bem” aos grupos dominantes, pois legitima e justifica suas posições, garantindo um sistema quase inquestionado de privilégios (JOST & BANAJI, 1994). Aqui, temos as orelhas do elefante abanando uns e estapeando outros.

Sobre “as orelhas, pernas e barriga”, talvez a teoria mais significativa do preconceito seja a de Herbert Blumer (1900-1987), um sociólogo norte-americano, que analisou o preconceito racial. Blumer (1958) afirma que essa forma de preconceito se baseia mais num senso de posição grupal, que em atitudes individuais (ver Caixa 3). O senso de posição grupal seria uma decorrência de quatro tipos de postura dos dominantes face aos dominados: a) sentimento de superioridade; b) sentimento de que os dominados são intrinsecamente diferentes - *aliens*; c) sentimento dos dominantes de serem os legítimos donos de determinados privilégios e vantagens; e d) medo e desconfiança de que os dominados ameacem sua posição de domínio ().

CAIXA 3

Teoria do Senso de Posição Grupal

1) O grupo dominante se sente como “naturalmente” superior ao grupo dominado. Percepção que fica evidente quando se analisa os estereótipos desqualificadores atribuídos às minorias sociais e a visão predominantemente positiva do próprio grupo.

2) Os membros dos grupos dominados são percebidos como *aliens*, ocorre uma radical diferenciação social entre os grupos. “Eles”, os do outro grupo, são um outro tipo de “gente”, não pensam e nem sentem como “nós” sentimos e pensamos.

A combinação desses dois sentimentos (superioridade e distintividade) leva à aversão e antipatia pelo outro.

3) Os dominantes se sentem como legítimos donos dos recursos, esse sentimento de posse “natural” das coisas inclui desde as terras e recursos naturais, até as profissões de status elevado, e a ocupação de espaços de poder em instituições, tais como igreja, governo, indústria, etc.

4) O medo de que os dominados ameacem à posição de domínio, qualquer ação que seja percebida como questionadora da estratificação social ou qualquer invasão à esfera de exclusividade do grupo dominante desperta formas mais flagrantes de preconceito contra os dominados.

Os quatro sentimentos mantêm a posição de dominância. O de superioridade mantêm os dominados abaixo, o de distintividade os mantêm aquém, o de propriedade os exclui e o de medo mantêm os dominantes vigilantes contra as ameaças (BLUMER, 1958).

Pierre Bourdieu desenvolve essa perspectiva afirmando que o senso de posição grupal pode ser entendido como uma “classe inconsciente”, mais do que

como uma “consciência de classe” no sentido marxista. Tal noção tem impacto tanto para a dominação por parte da maioria social, quanto na aceitação por parte da minoria, pois inclina os indivíduos a perceberem o mundo social como dado (“*take it for granted*” no original), ao invés de se rebelar e opor contra ele:

O senso do lugar de alguém, define o que alguém pode ou não pode “permitir-se”, implicando uma aceitação tácita do lugar, um senso de limites (“o que não é para nós”), é o equivalente a uma sensação de distância, a ser marcada e mantida, respeitada ou esperada. (BOURDIEU, 1985, p. 728)^{VII}.

Depois dessa breve revisão, podemos afirmar que três aspectos principais são ignorados na definição de Allport:

- **O preconceito é simultaneamente individual e grupal.** As análises da tromba, das presas e do rabo devem ser integradas às da barriga, pernas e orelhas, num exercício analítico de integração de níveis de explicação do fenômeno (DOISE, 1976).
- **O preconceito é contextual.** Trata-se de uma “atitude-em-contexto”, contingenciada pelas normas sociohistóricas vigentes e pelos interesses envolvidos nas relações. Tais aspectos definem o modo como ele se expressa, se velado ou flagrante e, mais que isso, determinam o seu conteúdo e intensidade. Ele atua como uma norma social, as pessoas manifestam preconceito na mesma medida do quanto ele é aceito em cada contexto (STANGOR, 2009).
- **O preconceito é relacional.** Depende do tipo de minoria envolvida e da distribuição de poder nos planos interpessoal e intergrupar da relação estabelecida. O preconceito contra os ciganos e os homossexuais no Brasil se encaixa na noção de atitude hostil de Allport. Já o preconceito contra idosos é melhor lido com base na ideia de generalização falha e inflexível. Entretanto, as formas mais veladas de sexismo e o preconceito de cor, a gordofobia, o ageísmo e o preconceito contra pessoas com deficiência, na maior parte dos contextos, integram emoções pseudopositivas ou neutras (pena, indiferença, desconforto, ansiedade etc.), com emoções negativas (medo, raiva, nojo, ressentimento, ódio etc.).

Quase meio século depois das definições seminais de Gordon Allport, surgem, na psicologia social, novas definições de preconceito que tentam superar as limitações apresentadas. Brown (1995), num outro livro clássico sobre o

tema, formula uma definição que procura ampliar a de Allport, incluindo além dos aspectos cognitivos, os afetivos e comportamentais. Para ele, o preconceito é a expressão de atitudes sociais ou crenças depreciativas, de afetos negativos e a exibição de comportamentos hostis ou discriminatórios em relação aos membros de um grupo porque pertencem a esse grupo. Vala, Brito e Lopes (1999), por sua vez, integram os processos cognitivos às dinâmicas de poder na sua definição de preconceito:

Na nossa perspectiva, não é o processo de construção da identidade ou o processo de categorização que geram discriminação e preconceito. O que parece ser bastante plausível é que estes processos reflectam as relações sociais onde ocorrem e que, conseqüentemente, as legitimem, quer através da idealização do endogrupo, quer através da construção de uma imagem negativa sobre exogrupos relevantes (pp. 13-14).

Dovidio e colaboradores afirmam que o “Preconceito é uma atitude de nível individual (subjctivamente positiva ou negativa), dirigida a grupos e a seus membros, que cria ou mantém relações hierárquicas de status entre os grupos” (2008, p. 7). Mais recentemente, Sibley e Barlow (2018, p. 1), consideram preconceito como “aquelas ideologias, atitudes e crenças que ajudam a manter e legitimar hierarquias e explorações nas relações grupais”.

Essas duas últimas definições, por se basearem na teoria do senso de posição grupal de Blumer, acabam por conceber todo tipo de preconceito contra qualquer tipo de minoria como se fosse igual. Como vimos, há outros tipos de preconceitos que são mais influenciados pela idealização de formas de ser (VALA e cols. 1999) que pelas hierarquias de poder, mas que ainda assim são preconceitos. Além disso, a força das dimensões cognitiva ou afetiva da atitude preconceituosa define configurações diversas. Nos preconceitos mais “racionais”, calcados em relações de dominação e na percepção de ameaça, a ênfase é a mais cognitiva ou racional. Já nos preconceitos mais influenciados pelos protótipos ou modelos de “ser”, a dimensão afetiva ganha a batalha, como no caso da gordofobia, homofobia, ageísmo, dentre outros.

Podemos, então, dar um conselho aos “navegantes” interessados em estudar o preconceito: o mais sensato é adotar uma definição operativa, mais específica e contextualizada, que considere o tipo de interesse envolvido na relação e a minoria alvo do processo (ver Quadro 1). Allport e a própria literatura crítica à sua definição de preconceito (e.g., JACKMAN, 2008; DOVIDIO et al., 2008, EAGLY et al., 2008, SIBLEY & BARLOW, 2018) acabam por reduzir o preconceito ao preconceito étnico. Além disso, é importante colocar os “sábios”

para conversarem, integrando ou contrastando as várias visões sobre todas as partes que constituem o “elefante” (ver Tabela 1). Considere na formulação da sua definição que: 1) o preconceito simultaneamente tem aspectos individuais, alguns deles com repercussões fisiológicas e neurais, e aspectos sociais, ideológicos e políticos; 2) que é uma atitude, pois se liga, de forma complexa e não linear, às crenças (estereótipos), aos afetos (positivos, neutros ou negativos) e às disposições comportamentais (discriminação); 3) que é uma norma social apreendida nos grupos, sendo mais intenso em certos indivíduos que em outros, mais permitido contra certos grupos que contra outros e mais expresso em certos contextos que em outros e, finalmente, 4) que a estratégia de pesquisa (análise) e de combate dependerá da definição adotada.

Agora que vimos como o preconceito é entendido na Psicologia Social, que destacamos que trata-se de um tema que precisa da articulação de saberes ou visões para ser analisado e que sugerimos um “mapa de navegação conceitual”, podemos seguir nossa análise aprofundando alguns dos aspectos apenas referidos nessa introdução, a exemplo de interesses grupais e características individuais envolvidos nas causas do preconceito.

Quadro 1: Definições de preconceito na Psicologia Social segundo a ênfase em aspectos identitários ou hierarquias de poder

TIPO DE ÊNFASE		
Questões identitárias ou modelos de “ser”	Relações de poder e dominação	Integração dos dois aspectos
<p>- Uma atitude evasiva ou hostil em relação a uma pessoa que pertence a um grupo, simplesmente porque ela pertence a esse grupo, e, portanto, presume-se que tenha as qualidades negativas atribuídas ao grupo” ou “uma antipatia baseada em uma generalização falha e inflexível (ALLPORT, 1954/1979, p. 7 e 9).</p> <p>- Uma atitude negativa em relação a uma pessoa ou grupo com base em um processo de comparação social em que o próprio grupo do indivíduo é considerado o ponto de referência positivo (JONES, 1972, p. 3).</p> <p>- Atitudes ou crenças sociais depreciativas, afetos negativos e a exibição de comportamento hostil ou discriminatório em relação aos membros de um grupo por conta de seu pertencimento a ele (Brown, 1995, p. 8).</p> <p>- Avaliação negativa de membros do exogrupo (STANGOR, 2009, p. 3).</p>	<p>- Uma atitude de nível individual (subjetivamente positiva ou negativa), dirigida a grupos e a seus membros, que cria ou mantém relações de <i>status</i> hierárquicos entre os grupos (DOVIDIO et al., 2008, p. 7).</p> <p>- Ideologias, atitudes e crenças que ajudam a manter e legitimar hierarquias e explorações nas relações grupais (SIBLEY & BARLOW, 2018, p. 1).</p> <p>- O preconceito (racial) não é simplesmente uma legitimação da exploração de classe, mas também uma forma de construção e organização do mundo social que identifica um certo grupo como uma posição "natural" de dominação (MILES, 1989, p. 105).</p>	<p>- Na nossa perspectiva, não é o processo de construção da identidade ou o processo de categorização que geram discriminação e preconceito. O que parece ser bastante plausível é que estes processos reflectam as relações sociais onde ocorrem e que, conseqüentemente, as legitimem, quer através da idealização do endogrupo, quer através da construção de uma imagem negativa sobre exogrupos relevantes (VALA, BRITO, & LOPES, 1999, pp. 13-14).</p> <p>- É, fundamentalmente, um fenômeno das relações entre grupos nas quais dois aspectos devem ser destacados: a) o processo de identificação de si com os outros e b) a percepção das relações e interesses do grupo de identificação em relação aos outros grupos (BLUMER, 1958, p. 3).</p>